

CÂMARA DE VEREADORES

REQUERIMENTO Nº:

VEREADOR: RICARDO GOMES

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE FRENTE PARLAMENTARREQUER O REGISTRO E INSTALAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA
DESESTATIZAÇÃO**Exmo. Sr. Presidente:**

O **VEREADOR** signatário vem, respeitosamente, a Vossa Excelência, requerer a constituição da **FRENTE PARLAMENTAR DA DESESTATIZAÇÃO**. A presente frente fundamenta-se na necessidade do debate acerca do tema, que deve ser enfrentado e desmistificado, de forma a permitir que a administração municipal tenha maior capacidade de realização dos serviços públicos e mais eficiência em suas atividades.

A atual administração vem trabalhando pelo aumento da colaboração entre setor público e privado. Há uma série de barreiras a serem superadas para que estas parcerias possam avançar – a principal delas parece ser o embate ideológico. Todavia, o debate ideológico ignora que a finalidade dos serviços públicos deve ser, única e exclusivamente, atender a população, independentemente do meio, se por uma entidade pública ou privada.

É objetivo desta frente debater o tema da desestatização como um modelo viável e frutífero para resolver problemas públicos por meio do apoio da iniciativa privada. Atualmente, diversos órgãos públicos operam de maneira deficitária, onerando a população e deixando a desejar nos serviços que entrega. Isso também gera um alto custo de oportunidade, à medida que os recursos empregados na administração desses serviços poderiam estar sendo aplicados em áreas prioritárias. Casos como o do DMAE, Mercado Público e tantos outros que temos em Porto Alegre são bons exemplos disso; é deveras contestável o fato de que uma das funções do Estado seja administrar um mercado ou uma empresa de ônibus.

Diversas cidades têm evoluído com modelos de parcerias público-privadas, concessões, ou tem diversos de seus serviços prestado pela iniciativa privada –

Ricardo Gomes

serviços estes que em Porto Alegre são totalmente estatizados. Esses modelos tendem a diminuir custos e permitir maior inovação.

No caso de mercados públicos e equivalentes, podemos citar o Chelsea Market em Nova York; Camden Lock Market e o Covent Garden Market, ambos em Londres; Ponce City Market, em Atlanta; em Maceió, a concessão do mercado público da cidade está tramitando na Câmara de Vereadores. Podemos citar também o Central Park e a Biblioteca Pública de Nova York, o primeiro administrado de maneira privada, e a segunda construída, mantida e operada privadamente – ambos casos de serviços públicos operador de maneira privada.

No caso da água, estima-se que modelos de abastecimento de água totalmente privados ou via PPP estão presentes em 80% dos países desenvolvidos e em 41% dos países da América Latina¹, abastecendo, no total, cerca de 860 milhões de pessoas². Além disso, é esperado que o setor de água precisará de 110 a 170 bilhões de dólares em investimentos até 2025.

Com a proposta de melhoria na prestação dos serviços públicos municipais e maior eficiência administrativa da Prefeitura de Porto Alegre, a presente Frente tem por finalidade trazer o assunto para ser dialogado com a sociedade, pois este tema acaba ficando muito restrito ao debate interno, muitas vezes tomado por grupos de pressão e cercado de ideologia – e longe de quem é o maior interessado sobre o tema: a população.

A partir da implantação da Frente, serão realizados encontros de discussão e para definir as prioridades, estudando áreas e serviços onde o governo pode buscar auxílio na iniciativa privada para fazer de forma mais eficiente, acelerando o futuro e poupando o bolso da população.

Esta Frente pretende apoiar a estruturação de projetos com a iniciativa privada também a partir da formação de um grupo de trabalho com representantes técnicos das diversas secretarias e divisões do poder público

¹ “Infrastructure Performance and Reform in Developing and Transition Economies: Evidence from a Survey of Productivity Measures”, Policy Research Working Paper nº 3514, Banco Mundial, 2005.

² *12th Annual Water Yearbook* - Pinsent Masons, 2012-13.

municipal que possuam relação direta com Parcerias Público Privadas. A participação de especialistas também poderá ser extremamente produtiva.

Nos sobram protestos e faltam oportunidades de diálogo. Esta Casa Legislativa representa 1,5 milhão de porto-alegrenses e estes cidadãos, que pagam a conta da máquina pública, precisam ser chamados para o debate. Já é passada a hora de construirmos serviços públicos que estejam comprometidos com o atendimento à população, e não comprometidos com um modelo específico de gestão, muitas vezes ineficiente. Público não é sinônimo de estatal.



RICARDO GOMES
VEREADOR